

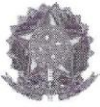


Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos, realizada em catorze de novembro de dois mil e catorze, em Florianópolis - SC.

1 **1. Abertura dos trabalhos: 1.1. 2ª CHAMADA:** Aos catorze dias do mês de novembro
2 de dois mil e catorze, às nove horas, em segunda chamada, a Comissão de Contas e Atos
3 Administrativos (CCAA) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa
4 Catarina - CAU/SC, reuniu-se na sede do Conselho Regional de Administração, na
5 Cidade de Florianópolis - SC. **2. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM: 2.1 PRESENTES:** O
6 Conselheiro Giovani Bonetti (Coordenador adjunto), o Conselheiro Décio Gomes Góes,
7 o Gerente Geral Marcio Bittencourt, a Gerente Financeiro Fernanda Maria Pires, a
8 Gerente Administrativo Talitha Roberta Bonfatti e o Analista Administrativo Alexandre
9 Junckes Jacques. **2.2. MEMBROS QUE SOLICITARAM DISPENSA:** O Conselheiro André
10 Luiz Serafim justificou sua ausência. Após verificação e constatação da existência de
11 quórum, o Coordenador Adjunto Conselheiro Giovani Bonetti fez a abertura da reunião
12 agradecendo a presença de todos e fazendo a leitura da ordem do dia. Durante a leitura
13 da ordem do dia, com relação aos itens sobre a avaliação das minutas de diversas
14 portarias, o Conselheiro Giovani sugeriu, tendo em vista o pouco tempo disponível
15 durante a reunião, que fossem tratadas em extra pauta ou distribuídas as minutas
16 entre os membros da CCAA para acelerar o processo de avaliação. **3. Aprovação**
17 **"Súmula das Atas das reuniões anteriores":** Foram trazidas para aprovação as atas
18 das seguintes reuniões da CCAA: **3.1. Ata da Nona Reunião Ordinária**, de doze de
19 setembro de dois mil e quatorze: foi confirmada a realização da correção solicitada na
20 última reunião, que consistia na alteração do nome do Coordenador, de Conselheiro
21 Giovani Bonetti para André Luiz Serafim. Faltava coletar a assinatura do Conselheiro
22 André Luiz Serafim, o que ficou acertado fazer durante a Reunião Plenária, na tarde
23 daquele mesmo dia. **3.2. Ata da Terceira Reunião Extraordinária**, de dezesseis de
24 setembro de dois mil e quatorze: Faltava coletar a assinatura do Conselheiro André
25 Luiz Serafim, o que também ficou acertado fazer durante a Reunião Plenária. **3.3. Ata**
26 **da Décima Reunião Ordinária**, de dez de outubro de dois mil e quatorze: O
27 Conselheiro Giovani prosseguiu a reunião fazendo a leitura da ata da décima reunião
28 ordinária da CCAA. Durante a leitura, foram feitos os seguintes apontamentos: O
29 Conselheiro Giovani comentou que o Conselheiro José Pedro Semmer, que figurava na
30 ata como participante daquela reunião, não é membro da CCAA e estava presente
31 apenas como ouvinte (não foi solicitada alteração da ata em função dessa situação). As
32 Gerentes Talitha e a Fernanda relataram os benefícios já obtidos com as aulas de
33 ginástica laboral, sendo consenso de que esta atividade é importante e que deve ser
34 mantida, pois, embora sendo rápidas as aulas, elas quebram o peso da rotina e ajudam
35 no alívio do stress. O Conselheiro Giovani ressaltou que a ata estava "muito bem
36 escrita". Prosseguindo à leitura, o Conselheiro Giovani questionou sobre o número
37 sequencial da ata da reunião extraordinária de dezesseis de setembro de dois mil e
38 quatorze, pedindo para verificar se era realmente a quarta reunião, ou se seria aquela a
39 terceira. Com relação ao extrato de correspondências expedidas ou recebidas, o
40 Conselheiro Giovani ressaltou a importância dos Conselheiros receberem extratos com
41 resumos dessas correspondências para ficarem cientes dos assuntos que tramitam no
42 Conselho, citando como exemplos as relações com o CAU/BR sobre regulações de

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

43 ressarcimento, além de notificações e ofícios. O Márcio comentou que os ofícios
44 recebidos são destinados normalmente ao Presidente, ao que o Conselheiro Giovani
45 concordou, mas comentou que em muitas correspondências os assuntos são correlatos
46 à CCAA e daí a importância de se fazer um extrato para os seus membros. O
47 Conselheiro Giovani continuou a leitura a partir do relatório administrativo,
48 questionando sobre a regularidade da homologação da rescisão da Arquiteta Fiscal
49 Bárbara Konzen junto ao sindicato dos arquitetos (SINDARQ), tendo em vista que não
50 há Carta Sindical do referido sindicato. Sendo assim, Giovani solicitou verificar se o
51 SINDARQ já possui a Carta Sindical e se as homologações junto a esse sindicato são
52 válidas, verificando todos os requisitos para se obter o devido valor legal. O
53 Conselheiro Giovani perguntou ainda se as homologações das rescisões dos demais
54 empregados do Conselho são realizadas nos sindicatos de cada área, ao que o Márcio e
55 a Talitha responderam que não, que tais homologações são feitas no Sindicato dos
56 Empregados das Autarquias Federais de Regulamentação e Fiscalização Profissional
57 (SEAU). Sobre a aquisição de um segundo ponto eletrônico a Gerente Talitha
58 informou que o aparelho já fora comprado e instalado, estando em efetivo uso. Com
59 relação ao controle de ponto dos Fiscais através de papeleta ou pelo sistema IGEO, o
60 Conselheiro Giovani questionou se já havia procedimento estabelecido para essa
61 conferência. O Gerente Márcio informou que há uma portaria a ser avaliada sobre o
62 controle de frequência. Não obstante, o Conselheiro Giovani pediu que se determinasse
63 de forma mais clara qual será o instrumento utilizado para este controle, bem como o
64 respectivo procedimento operacional, definindo qual área ficará responsável pela
65 gestão, se a GERTEC ou a GERAD. Quanto ao repasse das informações referentes aos
66 treinamentos efetuados pelos empregados, o Conselheiro Giovani questionou se
67 estavam sendo realizados, ao que a Gerente Talitha confirmou que sim. Prosseguindo, o
68 Conselheiro Giovani solicitou acrescentar a palavra "concursados" à expressão
69 "assistentes técnicos" (linha cento e vinte e seis), ficando "assistentes técnicos
70 concursados". Também solicitou que, no caso da ação trabalhista de João Edmundo
71 Bohn, se trocasse a expressão "ex-empregado" (linha cento e trinta e quatro) por
72 outra mais apropriada, que demonstre melhor a situação de um comissionado com
73 cargo de confiança. Giovani informou que ainda não havia recebido a explicação oficial
74 do setor jurídico sobre o processo do João, ao que a Talitha respondeu que já havia
75 encaminhado ao jurídico mas que também aguardava resposta. Com relação aos
76 equipamentos do patrimônio que estão inservíveis, o Gerente Márcio destacou que a
77 central telefônica não deve ser considerada como inservível, pois ela ainda funciona.
78 Em seguida, o Conselheiro Giovani questionou sobre o andamento da proposta de
79 autonomia à Gerente Financeiro para despachar diretamente os processos de
80 ressarcimento. A Gerente Fernanda respondeu que o caso foi submetido a análise do
81 setor jurídico, do qual ainda não obteve parecer. O Conselheiro Giovani então
82 comentou que essa autonomia será bastante útil, desde que cada caso seja
83 devidamente apreciado pela gerência geral e depois apresentado para a CCAA através
84 de relatórios. A Gerente Fernanda concordou com o Conselheiro, concluindo que
85 deveriam ser encaminhados para autorização da CCAA somente os casos que fogem à
86 normalidade. Diante disso, o Conselheiro Giovani solicitou providências para
87 aceleração dessa análise pelo setor jurídico, para que na próxima reunião já se pudesse
88 deliberar acerca desse tema, definindo-se os parâmetros e deixando a situação
89 resolvida e pronta para ser implementada pela nova gestão. O Conselheiro Décio



Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos

90 concordou com essa alteração, afirmando que ações para diminuir a burocracia, desde
91 que mantida a segurança, são sempre bem vindas. Em seguida o Conselheiro Giovani
92 sugeriu discutir em assunto extra pauta a criação de um cronograma de atividades
93 para o ano de dois mil e quinze, e, mesmo que já exista um planejamento financeiro das
94 ações do CAU/SC para eventos, que se faça, independente das comissões, uma proposta
95 de calendário de atividades, com base nas experiências de anos anteriores e no
96 conhecimento dos eventos já anunciados para dois mil e quinze, como seminários e
97 congressos, para facilitar e orientar as atividades da nova gestão que estará iniciando,
98 tendo em vista que a maioria das comissões será composta por novos conselheiros. O
99 objetivo é evitar uma situação em que a nova gestão fique em determinado momento
100 sem saber o que fazer, mesmo tendo orçamento disponível e verba destinada. Sugeriu
101 ainda que a confecção desse calendário fosse liderada pela gerência financeira e que o
102 mesmo fosse apresentado na primeira Plenária de dois mil e quinze para apreciação e
103 deliberação da nova gestão. O Conselheiro Giovani perguntou se foi feita a alteração no
104 PCCS em relação aos cargos comissionados e funções gratificadas, ao que o Gerente
105 Márcio respondeu que foi feita primeiramente a portaria de cargos comissionados, que
106 está sendo analisada. Diante disso, o Conselheiro Giovani comentou que a minuta do
107 novo PCCS pode ser feita em paralelo à minuta de cargos comissionados, caso contrário
108 seria necessário aguardar a finalização da análise da minuta dos cargos comissionados
109 para então iniciar-se a elaboração da minuta do novo PCCS, e lembrou que já está
110 chegando o final do ano. Com relação à definição do responsável pelas assinaturas
111 durante o período de transição de uma Gestão para outra, a Gerente Fernanda lembrou
112 que, conforme estabelecido no Regimento Interno, as despesas realizadas no período
113 compreendido entre o término do mandato e a nova eleição são assinadas pelo
114 Conselheiro Estadual mais idoso, em conjunto com o Gerente Geral, e que, no caso, a
115 Arquiteta e Urbanista Silvia Lenzi é a conselheira de mais idade. Fernanda salientou
116 que fará contato com a conselheira para viabilizar os procedimentos de cadastramento
117 de acesso ao banco. Com relação ao fato da premiação do TCC ter sido inicialmente
118 incluída no orçamento do Gabinete da Presidência, o Conselheiro Giovani comentou
119 que naquela reunião havia pedido para alterar para a CEEP, sugerindo que essa
120 observação fosse incluída na ata, e perguntou se a referida alteração havia sido de fato
121 sido realizada no orçamento, ao que a Gerente Fernanda informou que sim, havia sido
122 realizada a alteração. Ao final da leitura da Ata o Gerente Márcio retomou a questão da
123 avaliação das minutas das portarias, sugerindo distribuí-las aos conselheiros e sugeriu
124 marcar uma reunião extraordinária para conclusão das avaliações. O Conselheiro
125 Giovani considerou melhor, naquele momento, que o Márcio iniciasse o relato das
126 reivindicações dos empregados, como assunto extra pauta. **3.3 Apreciação de**
127 **assuntos extra pauta. 3.3.1. Análise das reivindicações dos empregados do**
128 **CAU/SC:** O Márcio iniciou o relato sobre as reivindicações explicando que as mesmas
129 foram apresentadas pelos empregados à cada Gerente durante o período de vacância
130 do Presidente. Informou que já haviam sido realizadas duas reuniões com os
131 empregados, tendo sido uma com os da GERTEC – Gerência Técnica, e a outra com os
132 da GERAD – Gerência Administrativa e os da GERFIN – Gerência Financeira, onde se
133 apresentou um primeiro retorno sobre as solicitações. O Márcio relatou alguns dos
134 pleitos, entre eles: remuneração, licenças, recesso de final de ano, ambiente e saúde do
135 trabalho, plano de treinamento e capacitação. O Conselheiro Décio considerou sem
136 fundamento os pedidos, entendendo que há uma falta de comprometimento dos

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

137 empregados com os objetivos do Conselho. Questionou se os empregados têm
138 conhecimento do projeto da reforma e se eles entendem que as melhorias são “para
139 eles”. Perguntou se os salários praticados são os mesmos daqueles apresentados no
140 Edital do Concurso, para o que o Márcio confirmou que são. Comentou que os “gestores
141 passam, mas eles ficam” (os empregados), demonstrando preocupação com a possível
142 situação de daqui a dez anos, em que os empregados poderão estar mandando no
143 Conselho, como o que já acontece no CREA. Pontuou sobre a importância de que todas
144 as regras de trabalho devem estar contempladas no PCCS – Plano de Carreira, Cargos e
145 Salários. Décio comentou também que é preciso tomar cuidado com as decisões que
146 serão tomadas, evitando transformar o Conselho num órgão que existe apenas para
147 manter sua própria estrutura. Comentou a importância de analisar as reivindicações
148 “com carinho, mas com espírito crítico muito grande”, citando como exemplo a questão
149 do Vale Alimentação, que, se fosse mantido o valor inicial, o Conselho não conseguiria
150 sustentar o benefício. Frisou que cada decisão errada dos conselheiros pode gerar
151 problemas de insustentabilidade no futuro do Conselho, forçando-o a aumentar os
152 valores das RRTs para poder executar suas operações, prejudicando o próprio
153 exercício das atividades dos arquitetos. Reforçou a importância da reformulação do
154 PCCS, julgando necessária a análise do jurídico nesse caso. Disse ainda que o Conselho
155 foi criado para atender aos arquitetos e para fiscalizar e orientar o serviço da
156 arquitetura na sociedade. Conselheiro Giovani retomou a palavra mencionando que
157 fora muito pertinente a decisão do Presidente de trazer o assunto para conhecimento
158 da CCAA. Considerou bastante oportuno o momento para esclarecer aos empregados
159 sobre a cultura do Conselho, respondendo a cada uma das reivindicações apresentadas,
160 numa conversa única, alinhando os Gerentes no mesmo discurso. Conselheiro Giovani
161 afirmou que os Gerentes precisam ter firmeza na condução dessas reivindicações,
162 defendendo sempre o Conselho. Afirmou ser muito importante que a comissão tenha
163 conhecimento de cada ponto para poder apresentar sua proposta de solução, tendo em
164 vista a reunião que o Presidente agendou com os empregados para o tratamento das
165 reivindicações na quarta-feira da semana seguinte (dia dezanove de novembro de dois
166 mil e quatorze). Diante disso, os conselheiros Décio e Conselheiro Giovani solicitaram
167 que fossem relatadas todas as reivindicações. O Gerente Márcio iniciou a leitura dos
168 documentos de reivindicações dos empregados pelo pedido de flexibilização dos
169 horários de trabalho. Décio considerou que isso seria possível somente dentro dos
170 interesses do Conselho, devendo-se cuidar para que não se permita a realização de
171 jornada em qualquer horário, como por exemplo, à meia-noite. Em seguida foi
172 apresentada a reivindicação para redução da carga horária para seis horas diárias, o
173 que foi de imediato considerado inviável, tendo em vista que o Conselho precisa
174 atualmente dessa carga horária e que o Edital do Concurso descrevia oito horas diárias.
175 Diante desses primeiros relatos, o Conselheiro Décio perguntou como havia sido a
176 capacitação dos novos empregados. Nesse sentido o Márcio respondeu que é repassado
177 um conjunto de informações sobre o Conselho a cada empregado. O Décio comentou
178 que deveria ter sido feita uma sensibilização inicial dos empregados com o objetivo de
179 fazê-los “se apaixonarem por esse Conselho e saberem por que ele existe”. O Márcio
180 explicou que foi feita uma apresentação geral do Conselho para os primeiros
181 concursados, depois foi feita separadamente com cada novo concursado, na medida
182 das contratações. Diante disso, o Conselheiro Giovani comentou que é muito
183 importante, na chegada de cada novo empregado, que as informações sobre o Conselho

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

184 sejam repassadas a todos, inclusive aos que já estavam no Conselho, pois isso é um
185 “trabalho de equipe”, e, fazendo assim, através da repetição, os empregados vão
186 assimilando as informações sem que se corra o risco de haver diferentes
187 interpretações. O Márcio deu continuidade ao relato das reivindicações citando o
188 pedido de aumento do tempo da licença maternidade, de cento e vinte para cento e
189 oitenta dias, com base em decreto federal que estabelece esse benefício para os
190 empregados das autarquias federais. Diante desse relato, o Décio afirmou que os
191 empregados do CAU/SC foram contratados sobre o regime da CLT, no qual o período
192 de licença é de cento e vinte dias, e que o Conselho deve buscar apoio jurídico para
193 resolver essa situação da melhor forma, evitando que nas decisões se misturem
194 direitos de estatutários com direitos de celetistas. Em seguida o Conselheiro Giovani
195 ressaltou a importância de os gerentes primarem pela atenção aos interesses do
196 Conselho, pois são gestores em cargos de confiança do Presidente, devendo agir com
197 firmeza diante das reivindicações, administrando e resolvendo os conflitos de forma
198 correta e coerente. Outra reivindicação apresentada foi a do Auxílio Transporte
199 Integral. Nesse sentido, o Conselheiro Décio ressaltou que a lei determina desconto
200 máximo de seis por cento, e que o CAU/SC está cumprindo. Na sequência o Márcio
201 relatou a reivindicação de recesso coletivo de fim de ano. Os Conselheiros Décio e
202 Conselheiro Giovani consideraram melhor adotar um esquema de rodízio de tal forma
203 que se mantenha sempre um grupo de empregados presente no Conselho, tendo em
204 vista principalmente as necessidades de atendimento aos novos conselheiros. Com
205 relação ao pedido de reajuste salarial com reposição da inflação, comentou-se que o
206 Conselho já tem por procedimento aplicar o ajuste conforme índice de inflação oficial
207 do governo. Nesse sentido, o Conselheiro Giovani sugeriu que a correção dos salários
208 seja realizada com o mesmo índice aplicado na correção dos RRTs. Na sequência, o
209 Conselheiro Giovani comentou que as reivindicações deveriam ter sido apresentadas à
210 comissão numa lista, para facilitar a avaliação. O Márcio então informou que o
211 documento apresentado pelos empregados da GERTEC já estava sistematizado em
212 tópicos e que, embora houvesse outros dois documentos, sendo um dos analistas da
213 GERAD e outro dos analistas da GERFIN, ambos tratavam da mesma reivindicação:
214 ajuste salarial. A partir desse momento, a leitura do documento de reivindicações foi
215 realizada pelo Conselheiro Giovani, que leu os títulos dos tópicos que restavam, quais
216 sejam: auxílio creche ou babá aos funcionários com dependentes de idade de zero a
217 seis anos; esclarecimentos a respeito do pagamento do benefício vale-alimentação e
218 vale-refeição pois o valor pago foi diminuído na entrada do novo quadro de pessoal;
219 recesso coletivo de final de ano; criação da agenda anual de feriados; gratificação para
220 incentivo à qualificação dos funcionários que possuem escolaridade superior a
221 exigida para o provimento do cargo; licença capacitação; auxílio financeiro aos
222 servidores que pretendem estudar; plano de saúde de assistência médica, hospitalar e
223 laboratorial; esclarecimentos sobre o atendimento às normas legais e técnicas do
224 projeto da reforma da sede; mobiliário de uso individual e com chave para cada
225 empregado; motorista para os arquitetos fiscais nos trabalhos de campo; revisão dos
226 documentos de fiscalização a fim de que não apareça o nome completo do fiscal; e
227 participação dos empregados nas reuniões da diretoria que tratam de assuntos de
228 interesse dos funcionários. O Conselheiro Giovani leu ainda o documento com a
229 reivindicação dos analistas financeiros, que é a mesma dos analistas administrativos,
230 onde se apresenta um comparativo dos salários desses analistas com os salários de



Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos

231 analista jurídico e analista técnico, sendo que esse último era setenta e um por cento
232 superior ao dos analistas administrativos e analistas financeiros e que ainda assim
233 receberam um reajuste, aumentando ainda mais a diferença. O Márcio salientou que os
234 analistas técnicos tiveram reajuste para o piso da arquitetura pois são arquitetos e
235 urbanistas. A Talitha salientou que o pleito dos analistas é por um reajuste para o piso
236 estabelecido pelo SEAUF, que é de quatro mil e quinhentos reais para analistas de nível
237 superior, pois são os únicos empregados do Conselho com salário abaixo da tabela do
238 SEAUF. Nesse sentido, o Conselheiro Décio considerou que no caso dos analistas seria
239 melhor que o conselho deixasse os empregados solicitarem na justiça e, caso o
240 conselho seja condenado a pagar o piso, o caso seria tratado com decisão judicial,
241 evitando concessões diretas para não gerar precedentes. O Conselheiro Giovani
242 destacou a importância de não se atender a qualquer pedido dos empregados em
243 função do temor da geração de passivo trabalhista, pois toda e qualquer atividade
244 apresenta seus riscos, sendo então importante ter critérios bem estabelecidos para a
245 análise de cada reivindicação. Buscando conduzir a discussão para uma solução, o
246 Conselheiro Décio salientou que se "deve dialogar sempre", explicando aos
247 empregados todas as circunstâncias em que se encontra o CAU/SC, como autarquia
248 federal recém criada e cujo regime de contratação é o da CLT. O Conselheiro Giovani
249 frisou a importância das Gerências se atentarem para o regime de contratação adotado
250 pelo CAU/SC, que é o da CLT, e, sendo assim, que os pedidos devem ser filtrados já no
251 momento da solicitação, mostrando para os empregados onde eles têm e onde eles não
252 têm direito. Destacou o exemplo da licença maternidade, em que a CLT aponta para
253 cento e vinte dias, e, sendo assim, não considera coerente atender a um pedido de
254 aumento para cento e oitenta dias em função de uma única jurisprudência. Ao final das
255 discussões, o Conselheiro Décio apontou alguns possíveis encaminhamentos para
256 solução das reivindicações: (1) a carga horária deve ser mantida em oito horas diárias
257 conforme definido no Edital do Concurso; (2) licença maternidade conforme
258 estabelecido pela CLT; (3) ajuste anual da remuneração deve-se manter conforme a
259 política atual do PCCS; (4) concessão de recesso de final de ano na medida dos
260 interesses do conselho; (5) qualificação e aprimoramentos também na medida dos
261 interesses do conselho, onde se colocou que um eventual plano de incentivo ao estudo
262 deve ser definido à parte, num outro momento, preferencialmente em parceria com
263 alguma instituição de ensino; (6) ambiente de trabalho e móvel com gaveta exclusiva
264 ou um armário são solicitações legítimas e serão atendidas com a reforma. Por fim, o
265 Conselheiro Giovani sugeriu que se faça uma reunião com todos os empregados,
266 devendo obrigatoriamente estarem todos presentes, para a apresentação das respostas
267 e das soluções propostas pelo Conselho para cada pedido. **4. Comunicados da**
268 **Coordenação e dos Conselheiros Membros da Comissão:** Não houve. **5. Leitura de**
269 **extrato de correspondências expedidas ou recebidas:** Não foi realizada.
270 **6. Discussão dos assuntos da pauta: 6.1. Aprovação dos Relatórios Gerenciais:** O
271 Conselheiro Giovani deu continuidade à reunião e solicitou que a Gerente Talitha
272 Roberta Bonfatti apresentasse o Relatório Administrativo. **6.1.1. Relatório**
273 **Administrativo:** A Gerente Talitha iniciou relatando que o analista jurídico Guilherme
274 Dutra solicitou desligamento do Conselho e que fora contratada uma estagiária para a
275 Gerência Técnica. Comentou sobre a renovação do contrato com o estagiário de
276 comunicação Fillipe de Souza Silva. Informou que a candidata à vaga de analista
277 jurídico da sexta chamada não assumiu, fato que exigiu a realização da sétima

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

278 chamada, que resultou na contratação de uma nova analista, Isabel Leonetti, que já está
279 trabalhando, sendo que o outro analista ainda precisa apresentar alguns documentos.
280 Diante do exposto, o Conselheiro Giovani perguntou se todas as vagas abertas no Edital
281 do Concurso já haviam sido preenchidas, ao que o Gerente Márcio informou que faltava
282 apenas contratar um assistente administrativo. A Gerente Talitha então ressaltou que
283 também faltava a contratação de mais um analista administrativo. Sendo assim, o
284 Conselheiro Giovani solicitou que seja verificada qual a efetiva obrigação legal para a
285 contratação dos concursados e que seja apresentado um levantamento formal das
286 vagas que ainda faltam ser preenchidas, para que se possa fazer o devido
287 acompanhamento, evitando problemas futuros. Quanto aos horários de trabalho, ficou
288 definidos horários limite das oito às dezenove horas, sendo o horário núcleo (aquele
289 em que todos os empregados devem estar presentes no Conselho) definido das dez às
290 dezesete horas. Foi relatado que ao retornar da licença maternidade a empregada
291 Stephanie iniciou imediatamente suas férias e que, ao retornar das férias, solicitou
292 prorrogação da licença por mais dois meses em função de um decreto federal. Que
293 submeteu a solicitação ao jurídico, que por sua vez fez uma consulta aos jurídicos de
294 alguns CAU/UFs, de onde obteve a informação de que todos acatam a determinação do
295 decreto e concedem os cento e oitenta dias. Os Conselheiros solicitaram verificar quais
296 são os CAU/UFs que foram consultados e qual é a conclusão do jurídico do CAU/SC. A
297 Talitha comentou ainda que, enquanto aguardava pela resposta do setor jurídico,
298 decidiu autorizar que a Stephanie permanecesse afastada. O Conselheiro Giovani
299 concluiu o assunto enfatizando que o Conselho deve, nas questões trabalhistas, seguir
300 estritamente o que estabelece a CLT, ao que obteve a concordância do Conselheiro
301 Décio. Nesse momento chegou para a reunião o Presidente Rolando de Lima, com o
302 qual fora retomado o caso das reivindicações dos empregados. Após alguns minutos,
303 restou convencionado que seria apresentado aos empregados respostas em que o
304 Conselho primaria pelo atendimento ao que estabelece a CLT e que as demais situações
305 ficariam registradas para análise futura, pela nova gestão. A Gerente Talitha retomou o
306 seu relatório, informando que foram feitas as avaliações de desempenho dos
307 concursados; que está sendo feito o controle dos registros no novo sistema de ponto
308 (REP); que foi iniciada a primeira etapa do programa de treinamento, sendo que dois
309 funcionários já estão fazendo o treinamento online, que os materiais estão sendo
310 gravados na rede e que um dos alunos, o Analista de Contratos e Licitações, já elaborou
311 um artigo científico e apresentou feedback favorável ao programa. Relatou que a
312 ginástica laboral foi iniciada e que está sendo realizadas nas terças e quintas-feiras,
313 fato que está sendo apreciado por todos os empregados. Relatou também que foram
314 formalizados os programas de saúde ocupacional, cuja empresa contratada (Qualitá)
315 pontuou sobre a necessidade de adequação de equipamentos e de mobiliários aos
316 padrões das normativas de ministério do trabalho, e que tais adequações já foram
317 realizadas. A Qualitá pontuou também que as empresas terceirizadas devem
318 apresentar os documentos relativos aos programas de saúde ocupacional de seus
319 colaboradores (no caso a Ondrepsb), o que já fora solicitado. Além disso, a Qualitá
320 pontuou a necessidade de adequação da luminosidade dos postos de trabalho, sendo
321 que a Talitha explicou-lhes a situação atípica da reforma e que tão logo a reforma fique
322 concluída, todas essas situações serão revisadas e ajustadas. A Qualitá pontuou
323 também que se fizesse a fixação dos tampos nos cavaletes, para o que o Conselheiro
324 Giovani sugeriu que se adotasse alguma medida imediata para fixá-los, seja com fita ou

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

325 cola, deixando essa situação já resolvida. Outro apontamento da Qualidade foi a sugestão
326 para implantação de um programa de ginástica laboral, o qual já foi implantado. A
327 Qualidade também pontuou a necessidade de exames de audiometria para o pessoal que
328 utiliza headset (fone de ouvido), que já está sendo providenciado. Dando
329 prosseguimento, a Gerente Talitha relatou que os pagamentos de horas extras da
330 Bárbara e do Gustavo são os únicos pendentes. Ficou definido que serão pagas horas
331 extras e descontadas a faltas, sem compensação entre elas. Quanto à ação trabalhista
332 de João Edmundo Bohn, não houve acordo na audiência de dois de outubro de dois mil
333 e quatorze, ficando agendada a audiência de instrução e julgamento para o dia vinte e
334 seis de março de dois mil e quinze. Sobre esse assunto, o Conselheiro Giovani solicitou
335 informações quanto aos argumentos utilizados na defesa do Conselho. Em seguida a
336 Gerente Talitha comentou que o pleito dos funcionários já havia sido tratado, no
337 entanto, o Conselheiro Giovani ressaltou que é possível discutir os pontos de forma
338 amigável explicando que o CAU primará pela utilização da CLT e das medidas do PCCS,
339 sendo importante montar um relatório, baseado em análises jurídicas, para a nova
340 gestão utilizar no início de seu mandato. Com relação às últimas compras/contratos
341 realizados, foram citados: compra de 5 chips com pacotes de dados para internet;
342 contrato de locação da sala do edifício Pérola Negra, para utilização durante o período
343 da reforma; contratação do mobiliário sob medida (Marcon Móveis); contrato de
344 serviços de organização do Seminário Cidades Democráticas; locação de computadores
345 para utilização na sala do edifício Pérola Negra; os cursos online da FGV; e a ginástica
346 laboral. Foi concluída a minuta de patrimônio, que está em análise do setor jurídico a
347 da Gerência Geral. Foram adquiridos novos iPads, apoios ergonômicos, o novo ponto
348 eletrônico e os livros, que também farão parte do patrimônio do CAU/SC. Já foram
349 concluídas as depreciações de dois mil e doze e dois mil e treze, estando planejadas
350 para dezembro as depreciações de dois mil e quatorze. Foi realizado o primeiro
351 pagamento da obra reforma, que totalizou setenta e três mil reais. O Conselheiro
352 Giovani questionou sobre os cronogramas, o que foi informado que estão dentro do
353 prazo e os pagamentos feitos após cada medição. A Talitha informou que entrega da
354 obra está prevista para o dia vinte e dois de dezembro. O Conselheiro Giovani
355 considerou atentar para o período do recesso, pois a obra se encerra no final de
356 dezembro. Conselheiro Giovani ainda considerou importante verificar a CLT sobre o
357 recesso, para certificar se os dias concedidos poderão ou não ser abatidos das férias.
358 Sendo finalizada a apresentação, o relatório restou aprovado. **6.1.2. Relatório**
359 **Financeiro:** A Gerente Financeira Fernanda Maria Pires começou sua apresentação
360 informando que esteve de férias no período entre dezessete de outubro e nove de
361 novembro, sendo substituída pelo Gerente Geral Márcio nesse período. Informou que a
362 receita realizada em outubro foi de trezentos e noventa e oito mil reais (R\$ 398 mil). O
363 Conselho já atingiu noventa e sete por cento (97%) da receita estimada para o corrente
364 ano. Diante dessa informação, o Conselheiro Giovani questionou se o valor de
365 contribuição do CAU/SC para os CAU/UF deficitários já foi cumprido neste ano, ao que
366 a Fernanda informou que até trinta e um de outubro restava pagar aproximadamente
367 dez mil reais (R\$ 10 mil). A Fernanda informou que as receitas de outubro baixaram da
368 casa dos quatrocentos mil reais (R\$ 400 mil). As despesas em outubro totalizaram
369 quatrocentos e quarenta e sete mil reais (R\$ 447 mil), sendo que nesse valor já está
370 considerado o pagamento da primeira parcela da obra. Relatou que na conta de vale
371 alimentação foi registrado o valor de vinte e sete mil reais (R\$ 27 mil) em função do

**Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

372 lançamento de duas notas fiscais nesse mês, pois a nota fiscal de setembro foi liquidada
373 no início de outubro, e a nota fiscal de outubro no final desse mesmo mês. Na conta de
374 serviços de consultoria, além dos lançamentos normais da Letra Editorial, foi também
375 efetuada a liquidação de notas fiscais da agência de publicidade 9mm, relativas a seis
376 anúncios da campanha Arquiteto Faz a Diferença. Na conta de serviços de
377 telecomunicações ocorreu situação semelhante àquela do vale alimentação, ocorrendo
378 duas liquidações em outubro de contas de telefone celular da Claro. Foi realizada em
379 outubro uma liquidação da Trio Construtora, relativa à primeira parcela da obra, no
380 valor de setenta e três mil reais (R\$ 73 mil). Foram adquiridos cinco tablets, o que
381 chama a atenção para o valor em máquinas e equipamentos, fugindo da curva. Diante
382 desse relato e sendo questionada pelo Conselheiro Giovani, a Talitha confirmou que o
383 Conselho possui agora nove tablets, sendo dois utilizados pelos arquitetos fiscais, dois
384 pelos empregados da sede, um pelo Presidente Ronaldo e os demais serão utilizados
385 pelos novos regionais que serão contratados. A Gerente Fernanda retomou seu relato
386 informando que houve pagamentos originários de restos a pagar no valor de vinte e
387 um mil reais (R\$ 21 mil) relativos aos serviços de consultoria de mapeamento de
388 processos feitos pela Pvblica. Informou também que os saldos bancários em trinta e um
389 de outubro totalizavam seis milhões, cento e noventa e dois mil reais (R\$ 6,192
390 milhões). O Conselheiro Giovani aproveitou para questionar à Gerente Administrativa
391 quanto à situação atual das plaquetas de patrimônio. A Talitha informou que os bens
392 adquiridos até dois mil e treze já estavam todos emplaquetados, restando emplaquetar
393 apenas os últimos bens adquiridos em dois mil e quatorze, e que serão todos
394 concluídos em dezembro. A Fernanda retomou a apresentação do seu relatório
395 destacando que em outubro foram realizados quatro protocolos, sendo que todos eram
396 referentes a cálculo e confecção de boleto de interrupção de registro. Informou que
397 foram realizadas vinte e seis análises de ressarcimentos, tendo sido deferida uma, e que
398 algumas que foram deferidas no início de novembro não aparecem no relatório dos
399 efetivamente pagos em outubro, ficando o relatório um pouco prejudicado. O
400 Conselheiro Giovani frisou a importância do levantamento dos ressarcimentos que são
401 relativos à problemas causados pelo próprio Conselho. Outrossim, Giovani também
402 comentou sobre a necessidade de cada Gerente apontar o empregado que será o seu
403 "backup", aquele que receberá as informações sobre o andamento de todos os
404 trabalhos, para garantir que os trabalhos não sejam interrompidos em função da
405 transição da diretoria do Conselho. Continuando a apresentação do seu relatório, a
406 Fernanda afirmou que está sendo necessária a realização de algumas transposições de
407 orçamento, mas que em todos os casos isso ocorre de uma conta para outra conta
408 dentro da mesma unidade ou mesmo plano de ação. Informou também que foram
409 concluídas as publicações no site da transparência e que até dez de dezembro serão
410 atualizadas todas as informações de anos anteriores (dois mil e doze e dois mil e treze).
411 Concluiu informando que o site da transparência está atualizado até setembro de dois
412 mil e quatorze. Concluindo assim, o relatório restou aprovado. **6.2. Portaria de**
413 **compras, contratos e licitação - Minuta enviado pela secretaria do gabinete:** Não
414 foi analisada. **6.3 Portaria normativa de frequência, pontualidade, férias e outros**
415 **- Minuta enviado pela secretaria do gabinete:** Não foi analisada. **6.4 Revisão da**
416 **portaria normativa nº04 e recesso de final de ano:** Não foi analisada.
417 **6.5 Transposições orçamento:** A Gerente Fernanda apresentou o tema dentro do seu
418 relatório gerencial, conforme item 6.1.2 acima. **6.6 Indicação do membro que irá**



Continuação da Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos

419 **representar a comissão em comitiva do CAU/SC para Brasília, composta por um**
420 **membro de cada comissão ordinária (CCAA, CED e CEEP), o Presidente Ronaldo**
421 **de Lima e a Ouvidora Rosana Cervo, com o objetivo de apresentar as pendências**
422 **do CAU/BR junto ao CAU/SC: Não foi tratado. 7. Deliberações:** A comissão fez as
423 seguintes deliberações: **7.1. APROVAÇÃO** dos relatórios gerenciais, financeiro e
424 administrativo. **7.2. RECOMENDAÇÃO** para que o Presidente e os Gerentes elaborem e
425 apresentem um documento formal com respostas às reivindicações dos empregados do
426 CAU/SC, levando em consideração as questões orçamentárias, as responsabilidades
427 fundamentais do Conselho e também a preocupação com a motivação dos empregados,
428 o qual deverá ser apreciado pelo Setor Jurídico. No documento, as respostas às
429 questões de natureza trabalhista e salarial devem ser embasadas na CLT -
430 Consolidação das Leis Trabalhistas, no PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários e no
431 Edital 001/2013 - Concurso Público destinado a prover vagas no Quadro de Pessoal do
432 CAU/SC.

Décio Gomes Góes
Conselheiro

Conselheiro Giovani Bonetti
Coordenador Adjunto CCAA

Alexandre Junckes Jacques
Secretário Ad hoc